

Governo

1 - Atos do Poder Executivo - DECRETO Nº 11.632, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.632-de-11-de-agosto-de-2023-502647740>

Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento.

2- Atos do Poder Executivo - [DECRETO Nº 11.631, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Institui a Comissão Interministerial de Qualificação Profissional, Emprego e Inclusão Socioeconômica do Programa de Aceleração do Crescimento.

3- Atos do Poder Executivo - [DECRETO Nº 11.630, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Institui a Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento - CIIA-PAC.

Defesa Agropecuária

1 - Ministério da Agricultura e Pecuária/Gabinete do Ministro - [PORTARIA MAPA Nº 605, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Estabelece a alocação às unidades produtoras de açúcar das regiões Norte e Nordeste, de cota preferencial adicional de açúcar, destinada ao Brasil pelo Governo dos Estados Unidos da América, para o período de 2022/2023, já descontado o fator de polarização.

2- Ministério da Agricultura e Pecuária/Gabinete do Ministro - [PORTARIA MAPA Nº 606, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Estabelece as diretrizes para os cursos de capacitação destinados à aprovação do registro de aplicador de agrotóxicos e afins, conforme disposto no art. 42-A do Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002.

Política Agrícola

1 - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste/Conselho Deliberativo - [RESOLUÇÃO CONDEL/SUDECO Nº 140, DE 10 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Dispõe sobre alterações da Programação Anual de Financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) de 2023.

2- Ministério da Agricultura e Pecuária/Secretaria de Política Agrícola/Coordenação-Geral da CER-Proagro - [ATA DA 11ª SESSÃO REALIZADA EM 31 DE JUNHO DE 2023.](#)

Ao trigésimo primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte três, o Colegiado da Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (CER/PROAGRO) julgou remotamente os recursos constantes da pauta. Os julgamentos dos recursos ocorreram sob a Presidência do representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Erni Cristiano Germendorff, Presidente Suplente. Participaram os representantes legais das instituições que compõem o Colegiado, como segue: Felipe de Faria Atta, do Banco Central do Brasil (BCB); e Alessandra Helena do Espírito Santo, da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (SPA/MAPA), que emitiram suas manifestações e propostas de voto no período compreendido entre os dias 03 e 31 de julho de 2023. A 11ª sessão prevista para ocorrer entre os dias 03 e 17 de julho, por falta de “quorum”, foi prolongada até 31 de julho de 2023.

Tributária

1- Ministério da Fazenda/Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil/Subsecretaria de Administração Aduaneira/Coordenação-Geral de Administração Aduaneira - [PORTARIA COANA Nº 133, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Regulamenta dispositivos da Instrução Normativa RFB nº 2.154, de 26 de julho de 2023, que dispõe sobre o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado.

2- Ministério da Fazenda/Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - [INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.157, DE 11 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, que dispõe sobre o tratamento tributário e os procedimentos de controle aduaneiro aplicáveis às remessas internacionais.

Direito de Propriedade e Minorias

1 - Ministério dos Povos Indígenas/Fundação Nacional dos Povos Indígenas - [INSTRUÇÃO NORMATIVA FUNAI Nº 30, DE 9 DE AGOSTO DE 2023.](#)

Estabelece as regras para emissão de Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a terras indígenas e imóveis confrontantes e declara a nulidade da Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.